



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ACTA N.º 05/2012

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2012
INICIADA ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 19 HORAS E 35 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL.
- ABERTURA.....	02
- ANTES DA ORDEM DO DIA	06
- ORDEM DO DIA.....	09
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	18
- ENCERRAMENTO.....	18

ACTA N.º **05/ 2012**

ABERTURA

Aos vinte e um dias do mês de Setembro de dois mil e doze, nas instalações da Assembleia Municipal sitas na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Ex.mo Senhor **Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1** - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2** - Alargamento da Rua Francisco Leal na Freguesia de Boidobra – Declaração de Interesse Público;
- 2.3** - Sede da Junta de Freguesia, Centro de Dia e Gabinete de Apoio Médico da Freguesia do Canhoso - Declaração de Interesse Público;
- 2.4** - PAEL – Programa de Apoio à Economia Local - Adesão;
- 2.5** - Reorganização Administrativa Territorial Autárquica.

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respectivamente Senhores Victor Manuel Garcia Rebordão e Prof. Doutor António João dos Reis Rodrigues. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira, Dr. Luís Miguel Fonseca do Nascimento, Prof. Bernardino Gata da Silva, Dr. Carlos Manuel Casteleiro Alves, Dra. Maria do Rosário Figueiredo Gomes de Brito, Prof. Joaquim António Matias, Dra. Glória Maria da Conceição Fernandes Louro Ramos, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Eng.º Victor Manuel Abrantes Marques, Maria de Lurdes Pereira Batista Pinto Lourenço, Pedro Nuno Cunha Leitão, Eng.º Francisco António de Matos Soares, Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dra. Carla Marisa Pereira da Silva Marques, Dra. Sara Cristina de Andrade Rodrigues dos Santos, Eng.º José Miguel Ribeiro de Oliveira, Luís Filipe de Matos Pais, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro, António Manuel Fernandes Pinto, Dra. Ana Maria Puebla Simões, Isilda da Silva Barata, Dra. Joana Filipa Real Sardinha, Dra. Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Francisco Manuel Rodrigues Moreira, Eng.º Rui Salgueiro Ramos Moreira, Dra. Merícia Maria Andrade dos Passos, Dr. Jorge Humberto Alves Saraiva, Dr. Romeu Miguel Serra Afonso e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: João Luís Martins Gomes (Aldeia de Souto), Jerónimo Carvalho Barata (Barco), Prof. José Joaquim Pinto de Almeida (Boidobra), José Manuel Escodenga Nunes (Canhoso), José Martins Carrola (Cantar – Galo), António Geraldês Ramos (Casegas), António Paulo Pereira Ranito (Conceição), Paulo Jorge Alves Rodrigues (Cortes do Meio), Carlos Francisco (Coutada), José Duarte Minhoto (Dominguiso), Enf. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), José Rito Agostinho (Ourondo), Leonor Cristina Adriano Lopes Cipriano (Paul), Fernando José Gonçalves Casteleira (Peso), António Manuel Garcia Rebordão (Santa Maria), Fausto Herculano Branco Baptista (S. Jorge da Beira), Dr. Victor Manuel Tomás Ferreira (São Martinho), Victor Manuel Garcia Rebordão (São Pedro), José Rafael Lourenço Ferreira (Sarzedo), José Augusto Santarém Marcos (Teixoso), Prof. Doutor Mário Lino Barata Raposo (Tortosendo), Prof. Doutor António João dos Reis Rodrigues (Unhais da Serra), Arménio Marques Matias (Vale Formoso), João Casteleira Ferreira (Vales do Rio), Armindo Fonseca Geraldês Rosa (Verdelhos) e Dr. João Paulo Gomes Batista Lopes (Vila do Carvalho). -----

Não compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Dr. Nelson António Mendes da Silva, João Manuel Pinto, Dr. Rui António Nabais Cordeiro Lourenço, José Luís Antunes Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Enf. António Mendes Paulo (Erada), José do Nascimento Curto Costa (Peraboa) e Dr. Jorge Manuel da Cruz Ramos da Silva (Sobral de S. Miguel).** ----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente Sessão.** -----

PRESENÇAS DA CÂMARA

--- Estiveram presentes: o Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores: Prof. João Manuel Proença Esgalhado, Dr. José Armando Serra dos Reis, Dr. Luís Manuel Fino Gil Barreiros, Rui Paulo da Silva Rosa e a funcionária que apoia a Assembleia Municipal, Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola.

EXPEDIENTE

- Ofício da Junta de Freguesia de S. Jorge da Beira a remeter Proposta e Deliberação da Junta e Assembleia de Freguesia sobre a Agregação de Freguesias do Concelho da Covilhã;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a resposta do Governo à pergunta formulada sobre a possibilidade de encerramento de Serviços de Finanças;
- E-mail do Senhor Prof. Reis Silva a remeter informação sobre a posição de outros Municípios quanto à Acção Social Escolar;
- E-mail da Comissão das Comemorações do Centenário de Álvaro Cunhal a comunicar a sua disponibilidade para colaborar em acções e iniciativas que eventualmente se venham a realizar;
- E-mail do Senhor Professor José Manuel Silva – Coordenador do Ensino Superior Politécnico e Deputado Municipal em Leiria, sobre o recebimento de Senhas de Presença;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a pergunta formulada ao Governo pelos Senhores Deputados Bruno Dias e Rita Rato, “sobre a retirada dos passes 4_18 e sub_23 à maioria dos Jovens estudantes”;
- E-mail do Senhor Prof. José Joaquim Pinto de Almeida (Boidobra) a remeter um parecer da Câmara Municipal de Proença-a-Nova sobre a Reorganização Administrativa;
- Ofício da Assembleia de Freguesia de Vila do Carvalho a remeter Moção sobre as taxas de água e saneamento;
- Ofício GAP C-800/2012 da Câmara Municipal da Covilhã a convidar para uma visita às obras a decorrer no Concelho;
- Ofício GAP-712/2012 da Câmara Municipal da Covilhã a dar conhecimento de um e-mail da Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território a informar que o prazo para pronúncia termina no dia 15 de Outubro;
- Ofício GAP C-738/2012 da Câmara Municipal da Covilhã a dar conhecimento do artigo/ resposta que enviou ao Jornal do Fundão e foi publicado em 16 de Agosto.

**APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ACTA
N.º 01/2012 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2012**

--- Submetida a acta, previamente enviada a todos os Membros convocados, à apreciação, foi interveniente o Senhor Prof. Reis Silva e disse: “em relação à acta em si não tenho nada a referir. Mas, contudo, tinha sido acordo tácito, entre nós e o Senhor Presidente da Mesa, de que a acta deveria conter a nossa posição em relação às irregularidades, que nós achamos, quanto à Convocatória e à Ordem de Trabalhos, pelo facto de não constar, na Ordem de Trabalhos, o Período de Intervenção do Público. A acta não refere essa nossa posição e, penso que é de toda a justiça, já que nós fazemos questão em que isso aconteça”. -----

- Colocada a Acta à votação, foi a mesma **aprovada por maioria, com 5 abstenções (PS e PCP)**. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÕES

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro fez uma Declaração Política (**doc.01**). -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva fez uma Declaração Política (**doc.02**). -----

--- A Senhora D. Isilda Barata disse que talvez não seja a melhor maneira de resolver os problemas, a utilizada pelo Governo, e por esse motivo o País protesta.

“Não estamos em tempo de segredos, de meias palavras e de palavras escondidas. Precisamos de coisas claras. Precisamos que o Governo dialogue com tolerância, saber ouvir os outros, com humildade e esclareçam que os grandes culpados, também, foram os anteriores Governos.

O Estado foi incapaz de garantir a sua solvência, no quadro do anterior Governo, e teve que pedir assistência externa. Assinou um conjunto de compromissos e perdeu, transitoriamente, uma grande parte da sua soberania. É o que acontece quando a prudência na gestão das contas públicas é substituída pela política do gastar acima do que podemos e endividar acima do que devemos.

Este Governo talvez fale com realismo e, é o realismo que resolve os problemas. A utopia nunca resolverá estes problemas!

Houve Partidos que não aceitaram conversar, a seu tempo, com os nossos credores. Nem conseguem explicar o que sucederia caso rompêssemos com os nossos credores.

Como é que Portugal iria pagar salários e pensões, caso não nos emprestassem o dinheiro que levemente o Estado consumiu exaurido? E, quem foram os culpados?

O Estado devia mexer a fundo nas Fundações. Penso que a maioria não serve para coisa nenhuma. Porque não mexem nas parcerias público privadas? Para colocarem senhores com altos ordenados? E, ninguém sabe o que se lá passa.

Foram, as parcerias público privadas, obras megalómanas que os Portugueses estão a pagar e vão continuar a pagar e que resultaram de entendimentos obscuros. Foram as SCUT'S; foram os Institutos e Fundações; foi a desorçamentação sistémica de um Governo que viveu de festa em festa deixando a factura para outros, até para outras gerações, pagarem.

A título de exemplo: porque é que os Presidentes da Republica têm tantas mordomias? E um deles que devia estar calado é o que mais fala. Com esta esperança de vida brevemente serão quatro a usufruir de carro, secretária, seguranças, etc., etc.

Estas coisas é que deviam ser ditas e esclarecidas!

A TROIKA tem nove avaliações para fazer, já avaliou cinco positivamente. Espero, que avalie, também, positivamente as outras quatro, para seguirmos o mais rápido possível.

Eu sei que é um caminho de pedras e inexorável, face à situação em que o País caiu. Portugal precisava de crédito lá fora que agora, graças a Deus, conseguiu. Há muitas coisas a fazer daqui para a frente. Que o Governo faça e aplique o que foi o acordo social, assinado em Janeiro, mas que ainda não cumpriu uma parte, pelo menos, no crescimento económico. É isso que nós temos que exigir ao Governo e aos Partidos que o compõe. Eu farei isso!"-----

--- O Senhor João Casteleira (Vales do Rio) fez uma intervenção referindo que a situação de "penúria" que se vive no País decorre da falta de responsabilização política, que ninguém quer assumir.

Referiu, também, que para a resolução da situação, o actual Governo, teve que tomar medidas "algumas bem ou mal, claro!"

Terminou a sua intervenção dizendo: "Neste País, a nível Nacional, ninguém é responsabilizado, ponto final. Tenho dito!"-----

--- O Senhor Dr. Carlos Casteleiro referiu-se aos tempos difíceis que se vivem no País **(doc.03)**. -----

--- O Senhor Prof. Bernardino Gata disse: "Senhor Deputado Carlos Casteleiro gostei muito da sua intervenção. O Senhor afirma-se, mais uma vez, como um putativo candidato do Partido Socialista, ou não, à Câmara Municipal da Covilhã.

O Senhor fez uma intervenção responsável, contrariamente a alguém que já aqui fez hoje uma intervenção "que é preciso mudar de Regime" eu de sistema ainda aceito, agora de regime!? Como sabem de regime, só do regime democrático para o fascista, não há outro! E foi feita aqui essa afirmação, hoje.

A declaração do Dr. Carlos Casteleiro faz uma espécie de mistura permanente entre aquilo que as administrações de Sócrates fizeram, na Covilhã, e também aquilo que as administrações de Carlos Pinto fizeram, na Covilhã.

O grande problema que se põe é que nós não devemos deixar, em política, de assumir as responsabilidades. E, hoje, ouvi aqui quase uma espécie de agarrar as manifestações, do dia 15 de Setembro, como se fossem pertença de alguém.

Nós estamos aqui a defender um ajustamento, um resgate, que foi negociado com o Partido Socialista.

Senhor Dr. Carlos Casteleiro o que eu lhe pergunto é o seguinte: em relação àquilo que o Senhor disse, à captação de investimentos, não acha que temos provas dadas na administração que fizemos nesses 20 anos, que Carlos Pinto fez, da Câmara?

É, talvez, a Cidade do País que mais investimento atraiu e que mais investimento de qualidade atraiu. Está de acordo?” -----

--- A Senhora Dra. Mónica Ramôa referiu-se à abertura do ano lectivo e aos vários aspectos negativos que o ensombraram (**doc.04**). -----

--- A Senhora Dra. Merícia Passos referiu que, também, não está satisfeita com o estado de muitas coisas na Educação, nomeadamente no que diz respeito às AEC'S e ao Decreto-Lei n.º 144/2008, que faz a transferência de competências para as Câmaras Municipais não acautelando as verbas que devem ser transferidas e colocou a questão: “Gostava de perguntar se a Senhora Deputada Mónica, repetindo novamente que não estou contente com a situação, mas a Senhora Deputada Mónica o que é que faria se fosse Presidente de Câmara? Em relação a isto, em relação aos manuais. Porque se calhar há coisas que é preciso fazer escolhas.” -----

--- A Senhora Dra. Mónica Ramôa respondeu: “Se eu fosse Presidente de Câmara, tanta coisa que seria diferente!

E, provavelmente a minha prioridade, Senhora Deputada Merícia, seria a Educação. E, mesmo que a resposta a essa resposta educativa das AEC'S, numa situação em que as pessoas não podem faltar ao trabalho para irem buscar os filhos, não podem sair mais cedo sob pena de perderem os seus empregos, numa altura em que o emprego é um bem tão escasso, com certeza que eu gastaria mais do que aquilo que receberia. Porque, haveria de arranjar maneira de ir buscar esse dinheiro a outro lado. É uma questão de prioridade! E, além disso, a Câmara recebe dinheiro, no Fundo Social Municipal, para essas actividades. Deve, é desbloquear.” -----

--- O Senhor Dr. Jorge Saraiva disse: “Alguém, que cita o perfume das palavras de Fernando Pessoa e, depois, é capaz de acusar alguém, levemente, de roubo!?

É uma coisa indigna deste arco democrático e deve ser no mínimo esclarecido! Mais, quando é interrogada, pela minha colega de Bancada sobre qual a solução que arranjará, a resposta é de uma ambiguidade que, classificá-la de resposta é pouco. Portanto, eu reforço a pergunta: o que é que faria, em concreto? Porque, arranjar é fácil de conjugar, materializar é muito difícil!” -----

--- A Senhora Dra. Mónica Ramôa respondeu gracejando: “Se o Senhor Deputado quiser ver o que é que eu faria, pode votar em mim nas próximas eleições!

O Senhor Dr. Jorge Saraiva respondeu, no mesmo tom, dizendo: “Disso fica a Senhora Deputada livre de cuidados, pois jamais lhe confiarei o meu voto!”

Retomando, a palavra a Senhora Dra. Mónica comentou: “ Portanto, o Senhor é que tem a perder, fica sem saber a resposta.”

Voltando ao assunto disse: “Não é levemente, como é óbvio, até porque isso está-me a insultar intelectualmente, que eu digo que é um roubo, não digo que o senhor Presidente da Câmara é ladrão, longe de mim dizer uma coisa dessas. Eu estou a dizer que é roubo. Porque, é o roubo de um direito que as crianças da Covilhã deveriam ter. Que se morassem noutra Concelho teriam. Mas, pelo simples facto de estarem aqui, de morarem aqui, não o têm!” -----

ORDEM DE TRABALHOS

--- Submetida a Ordem de Trabalhos à votação, foi a mesma **aprovada por maioria, com 53 votos a favor e 3 votos contra (PCP)**. Os Senhores Deputados do PCP justificaram o voto contra pelo facto de não constar, na Ordem de Trabalhos, o Período de Intervenção do Público. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente a informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, que faz parte integrante da presente acta, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva ficou agradavelmente surpreendido com o parecer favorável à pretensão, da Federação de Desportos de Inverno de Portugal, para a obtenção de Declaração de Utilidade Pública. Mas, pensa que outras Instituições, como é o caso da “Casa do Povo do Paul que já fez o pedido, há anos”, também, mereciam, da parte da Câmara Municipal, uma maior brevidade na passagem dessa Declaração.

De seguida referiu-se à situação financeira do Município e disse: “Na acta que aprovamos, o Senhor Presidente da Câmara afirmava e os números, pelo menos do Mapa Financeiro, isso indicam, que a Câmara Municipal vive ou tem uma situação financeira que não preocupa muito quem faz a sua gestão.

E, de facto, olhando para o Mapa da Situação Financeira vejo que encaixa em depósitos em Instituições Financeiras e contribuintes. Portanto, há aqui um valor que se aproxima dos sete milhões. A pergunta é se esse dinheiro está disponível para que a Câmara possa utilizar, digamos, de imediato.

Confirmando, um pouco, os números relativos aos fornecedores diversos, já retiro daqui os fornecedores com facturas em conferência, e aos fornecedores imobilizado que, também, anda à volta dos seis milhões, a questão que eu colocava, ao Senhor Presidente da Câmara, em relação ao Mapa Financeiro era que me confirmasse, ou não, se esses valores se confirmam.” -----

--- O Senhor Pedro Leitão perguntou qual a previsão para as obras de construção do Jardim da Cultura; se o Protocolo, com Associação Cultural da Beira Interior, foi interrompido por decisão unilateral do Senhor Presidente da Câmara; quais as diligências feitas para que o equipamento de radioterapia não seja transferido para o Hospital de Tondela e se mantenha no da Covilhã. -----

--- A Senhora D. Isilda Barata: propôs a redução ou isenção de algumas taxas e tarifas, nomeadamente do preço da água, da recolha de lixo e IMI a fim de atrair População para o Centro da Cidade. Solicitou informação sobre a Barragem das Cortes. -----

--- O Senhor Prof. Bernardino Gata disse que o Património edificado nos últimos vinte anos foi feito com apoios comunitários e com participação assumida pela Câmara. Sendo essa participação paga com os empréstimos que a Câmara contraiu.

“Se a Câmara por esquecimento, por laxismo, por incapacidade, por incompetência, por desconhecimento, não tivesse edificado esse património, estava a dívida zero!

O que eu lhe pergunto, Senhor Presidente, é se não acha que esta dívida da Câmara é uma dívida sustentada, equilibrada, capaz de ser sempre admitida, em termos de boa gestão da dívida e do serviço da dívida e se, pelo contrário, não foi óptimo que durante estes anos todos fizéssemos da Covilhã uma grande Cidade?” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal: “Permitam-me que, em primeiro lugar, faça um cumprimento particular ao Presidente João Luís, de Aldeia do Souto, que voltou ao nosso convívio e a quem saudamos.

Afinal, os Eleitores quando nos elegem, por muitas discussões que possamos ter, acabam por nos criar um sentimento de família política que vai além das famílias partidárias que se reúnem nesta Assembleia. Portanto, queria saudar o seu regresso à Assembleia”.

Convidou todos os Senhores Deputados para uma visita, integrada no programa das Comemorações do Aniversário da Cidade, às obras a decorrer no Concelho, incluindo uma visita guiada ao DATA CENTER.

Foi feita uma apresentação em PowerPoint:

- Onde é demonstrado, de acordo com os números do Instituto de Emprego e Formação Profissional, que o desemprego na Covilhã reduziu em 4%, enquanto a nível Nacional aumentou 36%;

- Jardim das Artes - foram adjudicadas as terraplanagens e já estão em curso. Vai ser lançada uma empreitada para as infra-estruturas de electricidade, rega por aspersão e caminhos. Ficando traçadas as linhas gerais para que em 2014 possa ser concluído;

- O projecto, do Aeroporto da Covilhã, fica concluído e licenciado. Ficam lançadas as bases para que os próximos “dirigentes da Covilhã” possam avançar.

Respondeu às questões que lhe foram colocadas:

- Não existe, na Câmara, qualquer pedido de utilidade pública por parte da Casa do Povo do Paul;

- Os sete milhões de euros estão disponíveis;

- O Teatro Municipal está a funcionar. Vai ser feita uma intervenção nas fachadas;

- O assunto da ACBI está no Tribunal;

- Quanto às AEC'S quem se demorou foi o Ministério da Educação, já desde Maio que sabiam que a Câmara não ia avançar com essa responsabilização;

- Quanto ao Hospital é preciso respeitar as fronteiras de cada Instituição. Só irá intervir se o Senhor Director do Hospital lhe pedir para o fazer;

- Quanto ao Centro Histórico, o problema é o comum a todos os Centros Históricos. Foi criado, pela Câmara Municipal, o Programa de Incentivo ao Comércio e, ainda, hoje foi instalado um comerciante na Zona Histórica;

- A Barragem vai ser adjudicada, depois de terminada a selecção, e, após a obtenção do Visto do Tribunal de Contas irão começar as obras;

- A dívida da Câmara é sustentável e equilibrada. E, não é por aqui que alguém, no futuro do Município, vai ter problemas em continuar, tranquilamente, a cumprir as suas obrigações Municipais. -----

2.2 - ALARGAMENTO DA RUA FRANCISCO LEAL NA FREGUESIA DE BOIDOBRA – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 07 de Setembro de 2012, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 3, do artigo 53.º, conjugado com a alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 4936 de 2012.09.17 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Antes de submeter o assunto à apreciação, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia usou da palavra referindo-se ao e-mail (**doc.05**) recebido, pelos Senhores Deputados Municipais, de uma Entidade Particular a propor uma alternativa à proposta apresentada pela Câmara Municipal, e informou: “Já fui interpolado, por vários Senhores Deputados, relativamente a se teria fornecido algum e-mail a particulares. Quero aqui deixar bem vincado que nem eu nem os órgãos de apoio à Assembleia forneceram qualquer e-mail, de qualquer Senhor Deputado Municipal. Acho que foi abusivamente, nomeadamente, no meu caso que também não forneci o e-mail a ninguém. Portanto, foi um acto abusivo. Não de qualquer responsabilidade quer da Mesa da Assembleia quer dos órgãos que lhe dão apoio”. -----

--- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara e informou: “Realmente, em 20 anos de Câmara, nunca me lembro de um particular poder ter acesso a uma base de dados como aquela que aconteceu. De modo que este aspecto não é muito normal. Queria comunicar à Assembleia que a Câmara vai enviar, ao Ministério Público, relato dos factos que têm a ver com a utilização desta base de dados, por uma Entidade Particular. Para que o Ministério Público possa mandar averiguar se, realmente, estamos perante um acto normal de cedência de uma base de dados, a partir de uma Instituição, de quem o fez. Porque, certamente, alguém proporcionou esta base de dados. Na medida em que se assim não for, amanhã, podem ser invadidos por e-mails carregados de vírus, promoções de bicicletas, de sabonetes, de pastas dentífricas. E, tudo isto na boa fé de que ao transmitirem, a esta Instituição, o e-mail particular o faziam exclusivamente para utilização dos Órgãos Municipais. Se tivesse sido enviado ao Presidente da Assembleia Municipal e, depois, a partir daí tivesse sido distribuído, ou através dos Órgãos Municipais chegar, aos respectivos Membros desta Assembleia, era coisa distinta. De modo que pode não ter qualquer espécie de carga suspeitosa. Mas para que, futuramente, tenhamos em atenção aquilo que representam bases de dados, neste âmbito sério de Instituições do Poder Local, nós, vamos enviar para apreciação do Ministério Público”. -----

--- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira propôs que, para evitar estas situações, fosse disponibilizado, na página da Câmara Municipal, um e-mail para cada Bancada, que iria permitir uma maior aproximação entre o Cidadão e o Poder Local. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes: o Senhor Prof. José Pinto (Boidobra) referiu que a proposta da Câmara é a única que oferece as condições que exigem os equipamentos com esta natureza, que corresponde às necessidades da Freguesia e que só peca por tardia; o Senhor Eng.º José Miguel Oliveira disse que a proposta apresentada corresponde às necessidades da População. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Alargamento da Rua Francisco Leal na Freguesia de Boidobra – Declaração de Interesse Público e Declaração de Ausência de Alternativas, para efeitos de Utilização não Agrícola de Solos da Reserva Agrícola Nacional***, foi a mesma ***aprovada por unanimidade***. -----

2.3 - SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA, CENTRO DE DIA E GABINETE DE APOIO MÉDICO DA FREGUESIA DO CANHOSO – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 07 de Setembro de 2012, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 3, do artigo 53.º, conjugado com a alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 4935 de 2012.09.17 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes: o Senhor Eng.º José Miguel Oliveira disse que iriam votar a favor mas questionou se as Populações não estarão a ser privadas das várias valências para as quais o equipamento foi criado; o Senhor Prof. Reis Silva disse que a obra está feita e tem que ser legalizada mas espera que estas situações no futuro sejam reduzidas a zero e o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que posteriormente ao lançamento da obra, em espaço urbano junto de um ribeiro onde não havia qualquer definição de Reserva Ecológica, veio a Comissão de Coordenação a dizer que a proximidade do leito de água apontava a existência de uma pequena faixa de Reserva Ecológica.

A Junta está a funcionar, há anos, tem espaços muito úteis que têm servido a População.-

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Sede da Junta de Freguesia, Centro de Dia e Gabinete de Apoio Médico da Freguesia do Canhoso – Declaração de Interesse Público e Declaração de Ausência de Alternativas, à Localização do Equipamento***, foi a mesma ***aprovada por maioria, com 53 votos a favor (PSD, PS, BE e CDS) e 3 abstenções (PCP)***. -----

2.4 - PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – ADESÃO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 21 de Setembro de 2012, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no artigo 7.º, da Lei n.º 43/2012, de 28 de Agosto, conjugado com a alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 5024 de 2012.09.21 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Antes de submeter o assunto à apreciação, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia usou da palavra e disse: “Este ponto foi solicitado pela Câmara, a sua introdução na Assembleia de hoje e, a Mesa aceitou-o face aos justificativos. E os justificativos são estes: os documentos foram fornecidos pela DGAL, quer o formulário quer os respectivos anexos, no dia 17 de Setembro. Portanto, como vêm há cinco dias. Sofreram alterações no dia 19 de Setembro e a Portaria, inclusivamente, foi publicada na sexta-feira às 23h54. Este documento tem que dar entrada, até ao dia 04 de Outubro, novamente na DGAL. Portanto, não seria lógico fazer uma nova Assembleia com todos os seus custos, com tudo o que está inerente a uma Assembleia. Daí que estes documentos tenham sido enviados, ontem, aos Senhores Deputados apesar de a sua votação ter sido apenas hoje em reunião de Câmara. Portanto, aqui fica a explicação que espero que seja convincente. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes:

- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira disse: “A adesão do Município da Covilhã ao Plano de Apoio à Economia Local, não é mais do que um empréstimo, a catorze anos, no valor de dois milhões oitocentos e quinze mil e vinte euros e noventa cêntimos, para fazer face a dívidas vencidas, há mais de noventa dias, a 31 de Março de 2012. É uma espécie de mini TROIKA para as Autarquias Locais.

É importante olhar para este programa de apoio pensando, claramente, nas consequências do mesmo. E, é nesse desiderato, ciente da responsabilidade da decisão, que em nome das consequências o Partido Socialista irá votar contra este Plano de apoio à economia Local.

Com a adesão a este plano existe uma certa perda de autonomia decisória de Executivos futuros. Em relação, não só, à política de taxas e impostos a praticar, como também, às obras a efectuar no futuro, à política de apoio às Associações e Juntas de Freguesia. Ao aderir a este Plano o actual Executivo compromete-se a maximizar o valor dos preços cobrados pelo Município através de reapreciação de tarifários de água e saneamento, aumentar anualmente a tabela de taxas, no mínimo pelo valor da inflação, aumentar o IMI e a DERRAMA a partir de 2015, aumentar as contra-ordenações e execuções fiscais, alienar habitações e outros imóveis canalizando o produto dessa venda para o serviço da dívida, reduzir o investimento em mais de 50% até 2017 e 20% até ao fim do Programa da ajuda financeira e a reduzir as transferências para as Juntas de Freguesia e Associações em mais de 50%.

É por as questões, que acabei de explanar, que o Partido Socialista entende que há outro caminho, há outro caminho. Por isso, pela Covilhã, pelos Covilhanenses, nós vamos votar contra.” -----

- O Senhor Prof. Bernardino Gata: “Este programa de mil milhões de euros tem como destinatários um grupo de Câmaras, da Classe I e da Classe II. Da classe I são os que já estão sobre resgate. Estão sobre resgate. Vão ter que pagar. Vão ter as taxas ao máximo. Não há nada a fazer. É uma Troika Nacional.

A Câmara da Covilhã não dispensa um instrumento financeiro qualificado, qualificado, a catorze anos de prazo de pagamento, que é bom, a taxas aceitáveis. E não dispensa, nunca dispensou.

Este capital, este empréstimo, serve para a Câmara fazer o desenvolvimento da pequena e média economia Local, fundamental para a coesão, fundamental para a não perda de emprego.

Não acha que uma Câmara quando tem instrumentos financeiros desta natureza não pode, não deve e não tem que se candidatar?” -----

- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira: “Estamos a falar de maximizar o valor das taxas, estamos a falar em aumentar anualmente as taxas, no mínimo pelo valor da inflação. Está lá escrito aumento do IMI e da Derrama em 2015.

Se nós estivéssemos perante um instrumento de ajuda financeira em que as contrapartidas fossem realmente benéficas, o Partido Socialista votaria favoravelmente. Este Programa vai ter um custo de novecentos e vinte cinco mil euros de juros a catorze anos. Nós temos dinheiro no Banco acho que se pode enquadrar um plano de amortização, face a essas disponibilidades financeiras.” -----

- O Senhor Prof. Reis Silva: “A questão que se coloca aqui é, o empréstimo é necessário? O Senhor Presidente da Câmara reafirmou que a Câmara tem capacidade financeira, tem caixa. Aliás, o mapa financeiro indica, estão lá os valores.

Temos fornecedores a mais de 90 dias de pagamento. Então, mas a Câmara tem 4 milhões. Pode fazer o pagamento a esses fornecedores, injectando dinheiro na economia Local às pequenas e médias empresas, que possivelmente vivem com alguma dificuldade, a fornecedores de imobilizado, etc. Porque é que não se utiliza?

Este empréstimo penaliza as Populações, penaliza as pessoas do nosso Concelho, penaliza-nos a nós todos.

Dispensar o instrumento financeiro? sim! Devemos dispensar, este! Porque agrava a condições de vida da População.

A População já é hoje sacrificada, penalizada, castigada pelo próprio Governo, a Câmara Municipal vai ainda acrescentar mais um peso? É imoral!

E, penso que não devemos exigir esses sacrifícios à População.” -----

O Senhor Pedro Leitão: “As Câmaras e os diversos Governos passados têm um contributo, naquilo que os Portugueses estão a pagar hoje. Os empréstimos que hoje existem foram contraídas também pelos Presidentes de Câmara e também pelo Senhor Presidente que está há vários Mandatos na Câmara da Covilhã. Esta dívida é a acumulação de muitos Mandatos, um empréstimo para resolver estas situações vai-se novamente verificar no futuro.

As Juntas de Freguesia têm muitas dificuldades para manter a actividade que têm.

Portanto, deixar-lhe só aqui esta preocupação para o futuro.” -----

- O Senhor Presidente da Câmara Municipal: “Como é que é possível, os Senhores, virem aqui a falar de maximização dos preços cobrados pelo Município, através da reapreciação dos tarifários, optimização e racionalização das taxas cobradas, quando isto é os títulos, ou os subtítulos, sobre os quais, depois, vem uma consideração para cada Município.

Estes subtítulos não fomos nós que os inventámos. É a Portaria.

Os Presidentes das Juntas vão ter os mesmos recursos regulares que tiveram o ano passado. Estamos a trabalhar para que o cheque mensal, no ano 2013, chegue às Juntas religiosamente como chegava para as despesas correntes. Obras novas vamos ver a nossa capacidade.

Este documento não deve preocupar os Senhores Deputados. É uma mera operação financeira e contabilística, não terá qualquer repercussão. Está fora do contexto da Câmara mexer em quaisquer tarifas. Vamos utilizar uma linha que foi criada em Lisboa e penso que é uma boa política e uma boa decisão de gestão do Município.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - **Adesão ao Programa de Apoio à Economia Local - PAEL, Plano de Ajustamento Financeiro e Autorização da Contratação de Empréstimo Bancário a Médio e Longo Prazo até ao Montante de €2.815.020,90, pelo Prazo de 14 anos**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 41 votos a favor (PSD e CDS), 12 votos contra (PS e PCP) e 1 abstenção (BE)**. -----

Foi feita Declaração de Voto:

- Senhor Prof. Reis Silva: “Eu queria manifestar que o nosso voto vai no sentido do entender e de perceber que, de facto, é útil que a Câmara tenha a chamada almofada para assegurar o seu normal funcionamento, mas discordamos completamente que essa almofada seja conseguida à custa do aumento de sacrifícios da População da Covilhã”. ---

2.5 - REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA

--- Na sequência da deliberação tomada na Sessão Extraordinária de 08 de Junho de 2012, foi criado um Grupo de Trabalho que elaborou uma Proposta de Pronúncia da Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no n.º 1, do artigo 11.º, da Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia informou: “Como sabem houve uma Comissão que esteve a trabalhar, ao longo destes meses depois da última Assembleia, neste assunto. Apenas os elementos do Partido Comunista acharam que não deviam fazer parte dessa Comissão. Foram, agora, feitas as conclusões, a Relatora foi a Senhora Dra. Sara Rodrigues. Chegou-se a um consenso que culminou em que a extinção de Freguesias devia única e simplesmente ser as da Cidade. Tal como já tínhamos feito, anteriormente, noutra Assembleia. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes:

- O Senhor Prof. Bernardino Gata congratulou-se com o espírito de colaboração demonstrado por todos os Membros do Grupo de Trabalho e pelas sugestões que foram plasmadas no documento final (**doc.06**), de forma notável, pela Relatora Senhora Dra. Sara Rodrigues. -----

- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira disse: “Esta Proposta foi unanimemente aceite pelos Elementos da Comissão. Foi muito bem redigida pela Dra. Sara que contou com os contributos de todos, sem excepção.

Não se tratou de, ao contrário do que muitos afirmavam ser, uma Comissão liquidatária das Freguesias da nossa Cidade, muito pelo contrário.

A primeira premissa, que sempre esteve no nosso espírito, foi o da defesa intransigente das Freguesias Rurais do Concelho da Covilhã. Intransigente!

Face a este resultado final só posso apelar a uma votação ampla, deste documento, como pronúncia desta Assembleia. Sabendo que, se calhar, estamos um pouco aquém daquilo que são os objectivos de redução das Juntas de Freguesia propostas pela lei. Mas, é uma proposta que foi pensada, foi discutida, foi trabalhada, para que defenda os interesses dos Cidadãos da Covilhã, para que defenda os interesses dos Covilhanenses.

Estou convicto que, face à complexidade e à polémica que neste momento existe no panorama político, esta proposta será, sem dúvida, aceite.” -----

- A Senhora D. Isilda Barata disse: “Esta proposta de pronúncia merece o voto favorável de todos, já que está cumprido o sentir da Assembleia Municipal em Reuniões anteriores. Se queremos uma Democracia participada e de aproximação é de manter as nossas Freguesias com o seu Presidente de Junta. Sinto-me muito honrada por termos honrado os nossos Presidentes de Junta e nunca é demais lembrar o trabalho que eles têm feito.

Eles fizeram milagres gerindo bem os escassos meios de que dispunham e com notáveis exercícios de poupança na relação custo benefício. O Poder Central, este sim, às vezes é esbanjador e responsável pelas assimetrias do nosso País.

Foi um trabalho de consenso e, também, de bom senso, de que tenho que me congratular.

Devemos continuar a defender o nosso Concelho para que ele seja cada vez menos desertificado.” -----

- O Senhor Dr. Vítor Tomás (S. Martinho) (**doc.07**). -----

- O Senhor Prof. Reis Silva disse: “A Lei é má, devolva-se à Assembleia da República. É um ataque ao Poder Local Democrático saído do 25 de Abril.

Aprovar a pronúncia é um ataque, da Assembleia Municipal, às Freguesias da Cidade e às suas Populações. A atitude mais adequada e solidária é reprovar a Lei. Devolver a responsabilidade à Assembleia da República.

Iremos votar contra, pois claro!” -----

- O Senhor Prof. José Pinto (Boidobra): “Este documento está muito bem redigido, mas tem uma ratoeira. Era difícil assumir que, esta Assembleia, quer que a Freguesia de Boidobra seja extinta. Fazem um malabarismo, encontram uma solução e incluem-na nas urbanas. Assim, de 4 passa a 6 Urbanas, o Canhoso inclusive.

Quem lá estiver em baixo, vai dizer incluíam-se mais estas Freguesias. Portanto, isto é uma forma muito discreta de o fazer.

A Boidobra é medianamente urbana! Porque, não tem só a ver com o número de habitantes por Km2, tem a ver, também, com a área geográfica.

Este documento está bem redigido. Mas o sinónimo de bem redigido não é bem fundamentado, nem bem elaborado, em função dos interesses das Populações que nós aqui representamos.” -----

- A Senhora Dra. Sara Rodrigues disse: “Os trabalhos que decorreram nesta Comissão foram de grande clareza e não pretenderam, absolutamente em nada, encapotar o que quer que seja. Essa insinuação de que estaria aqui, indelével, alguma tentativa de por em questão algumas das Freguesias em nenhum momento do documento, nem da reflexão que foi feita pela Comissão, se questionou.

É pena que se façam reflexões de pensamentos que estejam por trás das palavras quando é muito directo, aquilo que está no documento, no que diz respeito à salvaguarda da Boidobra. Em momento algum dos trabalhos se pensou, alguma vez, questionar a existência e a natureza desta Freguesia. Pelo contrário em todas as reuniões foi sempre, sempre, salientada a questão da salvaguarda da Boidobra. Sempre!

Eu, fui Relatora deste documento, simplesmente plasmei aquilo que foram os trabalhos da Comissão. Em momento algum se questionou o que quer que fosse daquilo que diz respeito à Freguesia de Boidobra, volto a dizê-lo. Portanto, comprometo-me em nome de todos os elementos de que em nenhum momento isso foi sequer pensado.” -----

- O Senhor Prof. José Pinto (Boidobra) pediu esclarecimentos: “Porque é que contrariaram aquilo que vinha nos anexos da Lei? A Boidobra não estava incluída nas Urbanas. A Lei não tem só em conta a densidade demográfica, também tem a área e $\frac{3}{4}$ da Boidobra são rurais. Porque é que foram para aí?” -----

- A Senhora Dra. Sara Rodrigues: “Aquilo que os trabalhos pretenderam reflectir foi uma defesa integral daquilo que seriam os interesses da Freguesia de Boidobra. É uma Freguesia que cumpre vários dos requisitos para ser considerada e defendida a sua vertente, também, urbana e dada a sua proximidade da sede do Concelho. O que se pretendeu, mais uma vez, foi defender a Boidobra e nunca questioná-la.” -----

- O Senhor Fausto Baptista (S. Jorge da Beira): “A Boidobra é urbana, porque tem mais de 2500 habitantes. Não tem nada a ver com território Já não há Freguesias predominantemente urbanas e predominantemente rurais. Já não há. Só há duas tipologias: ou urbanas, ou rurais, é assim que está escrito, podem ter continuidade de território urbano ou podem não ter. A Boidobra não tem território urbano por um lado, por outro lado tem. Além disso tem 2 500 habitantes, é urbana.” -----

- O Senhor Victor Rebordão (S. Pedro) propôs que a Junta da Cidade fosse denominada Freguesia de Covilhã. -----

--- Colocada a proposta do Grupo de Trabalho à votação – **Reorganização Administrativa Territorial Autárquica – Pronúncia**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 51 votos a favor (PSD, PS, BE e CDS) e 5 votos contra (PCP, Presidente da Junta de Freguesia de Boidobra e Presidente de Junta de Freguesia de S. Martinho).**

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Não houve intervenientes. -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram dezanove horas e trinta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente acta que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

Coordenadora Técnica,